

Eris teve conversa franca com alemães

por Celso Pinto
de Frankfurt

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, esperava de sua escala na Alemanha as conversas mais duras deste seu giro europeu, dada a posição normalmente firme dos bancos alemães na negociação da dívida. Teve, de fato, um encontro com o Deutsche Bank que classificou de "franco de ambos os lados", mas partiu para Roma, no final da tarde, basicamente satisfeito.

Ele esteve também, pela manhã, com o poderoso presidente do banco central alemão — o Bundesbank —, Karl Otto Pohl, por cerca de uma hora. A exemplo do que já havia acontecido em Londres e Paris, também de Pohl ele ouviu a preocupação com o andamento das negociações da dívida. Pohl acha importante que o Brasil avance nas conversas com os bancos, mas explicou que o Bundesbank não interferirá no processo, no que diz respeito aos bancos alemães.

A conversa foi cordial e agradável. Eris estava curioso em saber mais sobre o processo de unificação das Alemanhas e seu impacto econômico e Pohl acabou co-

mentando bastante a respeito. Um dos efeitos, como se sabe, foi um aumento acentuado da demanda. De início, essa pressão atingiu bens insuspeitos, como frutas exóticas, mas depois se concentrou no terreno mais previsível dos bens de consumo duráveis.

Algumas projeções do governo alemão prevêm que o superávit comercial, que estava na casa dos US\$ 100 bilhões no ano passado, poderá cair pela metade neste ano, com o aumento das importações para atender à demanda extra dos alemães do Leste. Pohl, de fato, disse a Eris que a Alemanha deve aumentar bastante suas importações neste ano e sugeriu que o Brasil poderia vir a se beneficiar desse processo. Eris anotou, gostou e pretende levar adiante o recado.

Mais específica foi a conversa durante o almoço que teve com dois dirigentes do Deutsche Bank, Walter Neuhaus e Martin Murtfeld, na magnífica sede do banco, no centro de Frankfurt. Eris não quis comentar detalhes, mas admitiu que ela serviu para que os dois lados colocassem claramente dúvidas e pontos polêmicos.

Sabe-se que os bancos

alemães (o Deutsche é o representante dos bancos alemães no comitê de bancos credores de Nova York) têm uma posição original nas discussões da dívida. A sua proposta, já levantada em reuniões anteriores do comitê, é que, em lugar de negociar um novo acordo em novas bases com o Brasil agora simplesmente se mantenha o acordo anterior, de 1988, com algumas modificações. Essa não é a posição dos bancos norte-americanos e não parece provável que ganhe o consenso entre os bancos credores.

Para o Brasil, a hipótese de simplesmente retomar o acordo de 1988 seria muito ruim, já que não haveria nenhum novo ganho. Em contrapartida, os bancos alemães.

(Continua na página 23)

No final do mês de outubro os depósitos dos juros atrasados da dívida externa computados pelo Banco Central somavam US\$ 6,038 bilhões. Pela proposta brasileira de pagamento de 15% dos juros atrasados até dezembro, isso corresponderia a um desembolso de US\$ 905,7 milhões aos bancos.

(Ver página 23)

Eris teve conversa franca com alemães

por Celso Pinto
de Frankfurt

(Continuação da 1ª página)

têm uma abordagem geral mais interessante para o Brasil do que os bancos norte-americanos. Enquanto a prioridade dos bancos norte-americanos, especialmente o Citibank, é obter o pagamento do máximo de atrasados no prazo mais curto possível, os alemães estão interessados em desfazer-se de seus ativos do Terceiro Mundo, de preferência através de operações de conversão direta ou privatização.

Quando a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, esteve na Alemanha, há alguns meses, ouviu de bancos alemães pro-

NMB — O Federal Reserve norte-americano (Fed, o banco central) isentou o banco holandês NMB Postbank Groep NV e o grupo segurador holandês Nationale-Nederlanden (Nat-Ned), que estão pretendendo fundir suas operações, inclusive as norte-americanas, da legislação norte-americana que proíbe bancos e companhias de seguros de combinarem suas atividades. A legislação se aplica tanto a bancos e companhias de seguro domésticas quanto a bancos e seguradoras estrangeiros. (AP/DJ)

postas ligadas à privatização de estatais brasileiras. Os alemães estão particularmente interessados em estatais do setor siderúrgico, onde há interesse de empresas alemãs e, portanto, a possibilidade de comissões à vista.

Um outro ponto que pode ser positivo para as discussões brasileiras com os bancos é a aparente absorção, por parte de alguns bancos, da ideia central de ligar a discussão da dívida com o princípio da "capacidade de pagamento" do País. Este é um ponto muito importante, mas bastante polêmico. Os bancos japoneses, por exemplo, não aceitam o princípio da "capacidade de pagamento" de que o determinante último é de natureza fiscal, já que é vital preservar o programa de ajustamento para se ter a perspectiva de pagamentos a longo prazo. Para os japoneses, a questão externa está ligada apenas à performance do balanço de pagamentos, não das contas do governo federal.

No entanto, o relatório preparado pela equipe de economistas do Comitê Assessor chefiada por Larry Brainard, do Bankers Trust, faz considerações sérias sobre o conceito de "capacidade de pagamento", ainda que discorde de

algumas conclusões brasileiras. Em função desse relatório, que circulou entre os banqueiros mas que chegou às mãos do governo brasileiro apenas nos últimos dias, alguns bancos passaram a considerar que o ponto merece uma discussão maior.

O relatório discorda da projeção do governo para os próximos anos em termos fiscais, por considerá-la muito pessimista. Acha que o Brasil está dando prioridade excessiva, por exemplo, ao resgate da dívida interna e à manutenção de um nível mínimo de investimentos, em detrimento do pagamento da dívida externa — a última das prioridades.

O Brasil discorda. A projeção do governo é de que o resgate dos US\$ 40 bilhões congelados no Plano Collor, a partir de setembro — e que Eris diz ser absolutamente sagrado —, tem de ser parcialmente esterilizado para que não gere pressão inflacionária. O governo imagina esterilizar 20% do valor em 1991 e 10% no ano seguinte. "Nenhum economista pode dizer que seja um exagero ou não represente um esforço do governo", sustenta Eris.

O presidente do Banco Central está convencido de que pode defender não só a proposta brasileira mas

também a consistência econômica de seus fundamentos — desde que os bancos aceitem esse tipo de discussão sobre a substância. O problema é que, até agora, os bancos simplesmente rejeitaram a proposta brasileira como "não séria", sem sequer abrir a chance de discussão de seus méritos. Eris tem mencionado, onde pode, seu desapontamento com esse comportamento dos bancos.

Em contrapartida, tem ouvido, em quase todas as conversas, reclamações e desapontamentos dos bancos com a primeira proposta brasileira. Foi o que aconteceu em Londres, quando esteve, num almoço, com o presidente do Lloyds, Sir Jeremy Morse, e ontem, em Frankfurt, com o Deutsche Bank.

Os contatos com os governos e presidentes de bancos centrais têm sido de outro teor. Em Londres, a conversa com o governador do Banco da Inglaterra foi mais protocolar, mas a conversa com o presidente do Banco da França, Jacques de Larosière, em Paris, quarta-feira, foi interessante.

Larosière, como os outros, mostrou-se preocupado como o andamento das negociações com os bancos privados. Durante a reu-

nião anual do FMI e Banco Mundial, há dois meses, em Washington, Larosière, que se considera um amigo do Brasil, organizou um encontro de Eris com representantes de todos os países ricos que compõem o chamado "Grupo dos 7".

Desta vez, Larosière sugeriu que Eris deveria organizar uma reunião com os presidentes dos bancos centrais dos países ricos no Banco para Compensações Internacionais (BIS, com sede na Basileia). Seria uma oportunidade para Eris explicar as intenções brasileiras e os pontos polêmicos da proposta. Eris gostou da sugestão e deverá levar adiante.

Eris está convencido de que o Brasil fez uma proposta que pode ser uma base de conversa com os bancos, mas admite que talvez não tenha vendido bem ou suficientemente suas ideias. Este giro europeu pretende exatamente tentar avançar nessa direção. Nas suas conversas, ele não negocia nada específico nem faz pedidos: apenas explica o que o Brasil quer, por que e responde a todas as dúvidas.

É difícil saber, no entanto, que desdobramento terá a negociação. O Brasil sofre pressões de vários lados, e pesadas, a começar do Tesouro norte-ame-

ricano. A posição dos norte-americanos ficou mais inflexível depois que o Senado brasileiro montou a resolução que condiciona o pagamento dos atrasados ao fechamento do acordo global. Os Estados Unidos, assim como vários outros governos desenvolvidos (para não falar dos bancos), têm posto a maior ênfase possível na questão do pagamento dos atrasados. Alguns viram na iniciativa do Congresso o dedo do Executivo para atar suas mãos na negociação. Eris, no entanto, tem defendido ao máximo a liberdade de negociação com os bancos, desde que o resultado final, ou seja, o quanto o Brasil vai pagar, seja razoável.

O Brasil quer um acordo, mas algo que seja realista e passível de ser cumprido. Em última instância, estaria disposto a continuar indefinidamente em moratória, eventualmente até a ampliando, se, de todo modo, for impossível chegar a um acordo. No entanto, esta é uma hipótese considerada muito ruim, indesejável e incompatível com o projeto global do governo de inserir-se de forma mais ampla na economia internacional. Todo o esforço atual é exatamente tentar vender a ideia de que o Brasil quer negociar e chegar a um acordo.